

Congresso já examina o pacote

21 MAR 1986

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

A comissão do Congresso Nacional que examinará os decretos-leis do governo instituindo a reforma monetária no País foi instalada oficialmente ontem, sob a presidência do senador Jorge Kalume (PDS-AM). O relator, deputado Hélio Manhães (PMDB-ES), tem até o dia 7 de abril para apresentar seu parecer, já que o prazo para votação da matéria pelo congresso termina no dia 19 de maio.

Se não for votada até essa data, a matéria será incluída na ordem do dia durante dez sessões consecutivas e, se, novamente não houver qualquer decisão dos parlamentares nesse período, considerada aprovada por decurso de prazo. Os decretos-leis que constituem o pacote econômico não poderão ser modificados pelos deputados e senadores, mas apenas aprovados ou rejeitados. A eventual rejeição entretanto, não implicará a nulidade dos atos pratica-

dos durante a sua vigência. Para rejeitá-los é necessário que estejam presentes durante a votação a maioria da Câmara e do Senado e que metade mais um dos deputados e senadores votem contra a iniciativa.

Logo depois da instalação dos trabalhos, o deputado Eduardo Marazziti Suplicy, do PT paulista, propôs a convocação de diversos economistas e dos ministros da Fazenda, Dilson Funaro, e do Planejamento, João Sayad, alegando que seus esclarecimentos são importantes para a opinião pública.

O líder do PDT Matheus Schmidt (RS), também propôs algumas convocações de economistas, para "se estabelecer o contencioso", e dos governadores Roberto Magalhães, de Pernambuco, e Leonel Brizola, do Rio de Janeiro. Contudo, o senador Jorge Kalume encerrou os trabalhos sem examinar as propostas, alegando que a reunião se destinava apenas à instalação dos traba-

lhos. As convocações deverão ser apreciadas na próxima reunião da comissão.

SERVIÇOS TABELADOS

Os serviços oferecidos pela rede bancária aos seus clientes terão preços máximos fixados pelo Banco Central, garantiu ontem o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, depois de encontro com o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Antônio de Pádua Rocha Dinis. Segundo o ministro, a tabela do Banco Central "não será cartorial", com preços fixos para cada tipo de serviço prestado pelos bancos. Este tipo de tabela seria "irreal" e poderia provocar distorções, explicou. O ministro da Fazenda informou ainda que o governo está definindo uma tabela de preços a ser cobrada pelos bancos no recolhimento de tributos federais, pois "acha justo que o governo também pague pelos serviços dos bancos, não só a população".